

Scientific Electronic Archives

Issue ID: Sci. Elec. Arch. Vol. 16 (8)

August 2023

DOI: <http://dx.doi.org/10.36560/16820231767>

Article link: <https://sea.ufr.edu.br/SEA/article/view/1767>



Saúde e educação sexual no contexto escolar para a promoção do autocuidado

Health and sex education in the school context for the promotion of self-care

Jobson da Silva Freitas

Universidade Federal de Pernambuco

Bruno Severo Gomes

Universidade Federal de Pernambuco

bruno.severo@ufpe.br

Resumo. A escola é o ambiente onde todas as características sociais se moldam e se refletem, portanto, é fundamental estabelecer discussões capazes de dialogar com aspectos cotidianos dos jovens e dos adolescentes. São várias as questões ligadas a essa fase da vida que precisam ser discutidas, por exemplo: poder a partir do machismo estrutural, bem-estar do corpo e da mente, preconceito, anseios sexuais, prazer, etc. A sexualidade humana compreende aspectos diversificados e complexos, uma vez que norteia a relação com o corpo, os afetos e com os relacionamentos interpessoais. Este artigo tem como objetivo, apresentar a necessidade da implementação da educação sexual nas escolas, além de alertar para a urgência de discutir acerca de outros problemas sociais do dia a dia dos jovens e adolescentes, como o autocuidado com o corpo e a mente. Para isso, foi empregado um estudo retrospectivo, descritivo, observacional, de corte transversal com abordagem qualiquantitativa, acerca do grau de conhecimento e envolvimento dos jovens com a vida sexual, a partir de uma pesquisa-ação anteriormente realizada, onde foram entrevistados 125 estudantes do sexo masculino, de 17 Escolas Públicas do Estado de Pernambuco, com idades entre 15 e 57 anos, moradores de 31 bairros localizados na cidade do Recife-PE. O propósito é exprimir a necessidade de ações interventivas que possam reverter às lacunas da falta de informação, bem como, da importância de espaços destinados à discussão e educação sexuais que são tão conflitantes, sobretudo, na fase da puberdade, contribuindo ainda, para que possamos ter índices cada vez menos preocupantes, quanto a saúde e o bem-estar social da população.

Palavras-chaves: Sexualidades. Escola. Adolescência. Juventude.

Abstract. The School is the environment where all social characteristics are shaped and reflected, so it is essential to establish discussions capable of dialoguing with daily aspects of young people and adolescents. There are several issues related to this phase of life that need to be discussed, for example: power from structural machismo, well-being of body and mind, prejudice, sexual urges, pleasure, etc. Human sexuality comprises diverse and complex aspects, since it guides the relationship with the body, the affections and with the interpersonal relationships. This research aims to present the need for the implementation of sex education in schools, and warn of the urgency to discuss about other daily social problems of young people and adolescents, such as self-care with body and mind. For this, a retrospective, descriptive, observational, cross-sectional study with a qualiquantitative approach was employed, regarding the knowledge and involvement of young people with sexual life, based on a previously conducted action research, which interviewed 125 students from male, from 17 public schools in the state of Pernambuco, aged 15 to 57 years, living in 31 neighborhoods located in the city of Recife-PE. The purpose is to express the need for intervening actions that can reverse the lack of information, as well as the importance of spaces for sexual discussion and education that are so conflicting, especially in the puberty phase, contributing, so that we can have less and less worrying rates regarding the health and social welfare of the population.

Keywords: Sexualities. School. Adolescence. Youth.

Introdução

Este artigo consiste na avaliação de dados anteriormente coletados na pesquisa-ação "Educação Sexual e sua vida, qual a relação: intervenções no contexto educativo para a promoção do autocuidado na prevenção ao câncer de pênis", realizada pelo grupo de pesquisa deste projeto, onde foram realizadas intervenções no âmbito da educação sexual, visando à promoção do autocuidado.

A proposta inicial da pesquisa-ação foi de levar aos estudantes informações sobre as diversas questões das etapas da adolescência e da juventude, que muitas vezes as famílias não põem em discussão ou não se sentem à vontade para conversar. Este projeto também teve como proposta a interação entre a Universidade e as Escolas, uma vez que perpassou os muros da academia, levando aos estudantes do Ensino Médio informações referentes às produções feitas dentro desta.

Frente a isso, com a necessidade de fundamentar a importância de discutirmos nas nossas escolas as questões relativas a sexo, sexualidades, autocuidado e outros fatores pertinentes à adolescência e juventude, é que partiremos dos relatos pessoais e cotidianos dos voluntários, coletados através das intervenções e dos questionários que foram aplicados na pesquisa anterior.

Pesquisadores da área da educação sexual têm destacado a necessidade da educação sexual ser mais abrangente e abordar as dimensões subjetivas, sociais e culturais da sexualidade, para além dos aspectos biológicos desse fenômeno. Autores como, por exemplo: (Altmann, 2013; Castro; Abramoway; Silva, 2004; Furlani, 2003; Quirino; Rocha, 2012).

Desde 1928 se discute sobre a inserção da educação sexual no contexto da educação formal, entretanto, este ensino abordado no século passado está relacionado a uma concepção higienista, controladora e repressora da sexualidade, marcada por valores morais e religiosos, que perduraram fortemente até a década de 1950 (Borges; Meyer, 2008; Nardi, 2008; Quartiero, 2012).

Com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)(Brasil,1997) na década de 1990, a educação sexual passou a ser amparada por uma lógica de cidadania, que busca promover a autonomia dos indivíduos e considera os direitos sexuais dos adolescentes (Barreiro; Teixeira-Filho; Vieira, 2006). Assim, ressalta-se que os modelos de práticas de educação sexual sofreram e sofrem mudanças significativas ao longo dos tempos.

Uma vez reconhecida a necessidade de se desenvolver práticas de cuidado e autocuidado voltadas à saúde integral dos adolescentes, bem como voltadas à saúde sexual e reprodutiva, diversas políticas, programas e documentos públicos têm se debruçado em questões vinculadas à educação sexual (Brasil, 2007a, 2007c). No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil,

2008), por exemplo, no artigo 11 está previsto o direito de crianças e adolescentes no acesso à saúde integral e, deste modo, vale ressaltar a necessidade de garantia de acesso dos adolescentes aos serviços de cuidado à saúde integral, bem como às questões de sexualidade (Brasil, 1997; Sfair, 2012).

No que concerne às abordagens curriculares da temática da sexualidade nas escolas, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a Política Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) é que são os verdadeiros responsáveis pela elaboração dos materiais didáticos, livros e dicionários a serem utilizados no ensino público (Fontes, 2008; Rios; Santos, 2008). Todo o material é adicionado aos conteúdos com o objetivo de "garantir uma educação mais integral e cidadã, tais como mudanças e contextos atuais de família, diversidades étnicas, raciais, sexuais, entre outras questões que ainda são perpassadas por valores morais cristalizados e que necessitam ser alvos de problematização e reflexão" (Fontes, 2008).

Para cumprir o que preveem os documentos públicos que estão ligados ao campo da educação sexual, com ênfase nos PCN (Brasil, 1997), vale destacar que "as práticas de educação sexual, como questão de direitos dos adolescentes, devem estar respaldadas na compreensão da sexualidade em seu sentido mais amplo e associadas ao reconhecimento do exercício da sexualidade e o acesso à informação" (Barreiro; Teixeira-Filho; Vieira, 2006; Brasil, 2007c).

Em sua dissertação de conclusão do mestrado em ciências da educação, apresentada a Universidade de Aveiro, Duarte (2010) destaca os modelos de educação sexual, o que, segundo ele "podem variar em relação às concepções daqueles que praticam e promovem as práticas". Ainda segundo esse autor, "tais modelos sustentam as perspectivas teóricas e subjetivas que oferecerão embasamento para o desenvolvimento das práticas vinculadas à educação sexual". Sendo assim, "os modelos podem diferenciar-se nos valores, compreensões e concepções acerca da sexualidade, bem como sobre as temáticas a serem trabalhadas nos espaços educativos voltados a essa questão" (DUARTE, 2010).

Quanto a esses modelos destacados por Duarte, outros autores também debruçaram seus estudos, revelando-os como "mais centrados em aspectos sociais, biológicos e preventivos sobre a sexualidade". Dentro dessa perspectiva, é possível afirmar que as práticas de educação sexual estão cada vez mais ligadas a prevenção de DST/AIDS e gravidez não planejada na adolescência, buscando regular e tutelar os corpos e comportamentos dos adolescentes (Castro; Abramoway; Silva, 2004; Nardi, 2008; Pimenta; Tomita, 2007).

Portanto, tais concepções são mais amplas e trabalham também, além da perspectiva biológica ligada a sexualidade, as questões e temáticas que perpassam pela subjetividade e as questões

socioculturais de pessoa. "Do mesmo modo, identificam-se outros modelos de prática pautados em perspectivas e concepções mais abrangentes da sexualidade e que consideram esse fenômeno como um construto biopsicossocial" (Duarte, 2010).

Com base no exposto, por meio da interpretação e análise das concepções, conteúdos abordados e objetivos que envolveram as intervenções realizadas na pesquisa-ação, vinculadas ao sexo e as sexualidades no espaço escolar, o presente estudo analisou, identificou e caracterizou dados que abordam acerca das práticas de educação sexual para adolescentes.

É importante destacar, que a captação das concepções e valores dos alunos, bem como, outras questões relativas à educação sexual, pode proporcionar tanto a identificação de potencialidades, quanto de fragilidades nas práticas que são desenvolvidas no ambiente escolar. Portanto, neste trabalho, discutiremos acerca da relevância de fazer da educação sexual um tema fundamental a ser trabalhado nas escolas.

Material e métodos

Para este trabalho, foi empregado um estudo retrospectivo, descritivo, observacional, de corte transversal com abordagem qualiquantitativa. A pesquisa descritiva visa observar, registrar e descrever as características de um determinado fenômeno ocorrido em uma amostra. Quanto ao caráter observacional, o investigador atua como expectador desses fenômenos ou fatos, sem realizar qualquer intervenção que possa interferir no curso natural deles. O corte transversal indica que os dados foram coletados em um ponto no tempo, em um determinado momento. A pesquisa quantitativa trabalha com variáveis expressas sob a forma de dados numéricos e emprega técnicas estatísticas para classificá-los e analisá-los. Complementando, a pesquisa qualitativa busca o entendimento de fenômenos complexos específicos, em profundidade, mediante descrições e interpretações (Richardson, 2012).

Foram recrutados dados de questionários respondidos por adolescentes do sexo masculino, com idade entre 15 e 57 anos, que foram anteriormente coletados pelo projeto "Educação sexual e sua vida, qual a relação: intervenção com adolescentes no contexto educativo, para a promoção do autocuidado na prevenção ao câncer de pênis".

Trata-se de uma pesquisa qualiquantitativa com amostra do tipo aleatória simples de 125 questionários; por ser este o quantitativo total de questionários aplicados e respondidos completamente e levando em consideração que todos os questionários serão úteis para esta pesquisa é que chegamos a este número.

Para isso, foram utilizados dados como: idade, bairro, nível de abertura para diálogo sobre sexo e sexualidades nos contextos familiar e escolar, se em algum momento já participou de alguma intervenção/ palestra ou seminário acerca

do assunto, conhecimentos a respeito da educação sexual e onde geralmente são adquiridas as informações sobre sexo e sexualidades.

Nesses dados contém informações bastante relevantes com base nas respostas dos alunos que foram voluntários da primeira pesquisa-ação, que contribuirão tanto para a elaboração deste trabalho, quanto para alertar as autoridades e secretarias do Estado para a imprescindibilidade da inclusão deste tema, a fim de promover o bem-estar pessoal e social dos cidadãos.

Como critérios de elegibilidade estão os dados de questionários de alunos voluntários da pesquisa-ação, que entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos seus pais ou responsáveis, além de terem assinado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, no caso dos menores de idade; ou apenas que tenham assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no caso de maiores de 18 anos. Onde se lê o verbo assinar em suas flexões, pressupõe-se a compreensão e aceitação do voluntário (e seus responsáveis em caso de menores de idade) para terem participado da pesquisa.

Foram incluídos os dados dos questionários respondidos por alunos das três séries do Ensino Médio, que estavam vinculados as Escolas Públicas Estaduais selecionadas para participar desta pesquisa, localizadas na Cidade do Recife, no Estado de Pernambuco, com idade entre 15 e 57 anos, que entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos seus pais ou responsáveis, além de terem assinado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, no caso dos menores de idade; ou apenas que tenham assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no caso de maiores de 18 anos.

Foram excluídos os questionários cujos voluntários não entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos seus pais ou responsáveis, ou ainda o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, no caso dos menores de idade; ou apenas que não tenham entregado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no caso de maiores de 18 anos.

Os dados foram recrutados após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, sob o Certificado de Aceitação para Apreciação Ética nº 07623219.9.0000.5208, conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, por meio do computador pessoal do aluno então graduando, onde foram analisadas as respostas marcadas nos questionários coletados anteriormente dos estudantes voluntários da pesquisa-ação. Além disso, foram analisados os gráficos rodados no programa SPSS- Statistical Package for the Social Sciences - pacote estatístico para as ciências sociais, bem como os cartazes produzidos nas intervenções que contém dúvidas dos alunos respondidas pelo interventor. Estes dados foram transcritos, descritos e estão apresentados e

comentados no presente estudo, a fim de fundamentar e comprovar a hipótese e os objetivos traçados.

A realização da presente pesquisa obedeceu aos preceitos éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Para compor o primeiro estudo, aqui denominado de pesquisa-ação, todos os voluntários foram informados sobre o objetivo da pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ou um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, de acordo com a idade, onde foram explicados acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e a natureza voluntária da participação. Além disso, ao ser garantido o sigilo sobre seus dados pessoais, foram informados de que o material coletado poderia ser utilizado posteriormente para fins acadêmicos, científicos e de publicação, a saber: as respostas individuais disponibilizadas sem identificação direta.

Os riscos foram de perda/ extravio no manuseio do material, além da possibilidade de sujar as cartolinas onde contém perguntas dos estudantes. Como forma de amenizar os riscos, a coleta de dados foi feita com um minucioso cuidado e atenção para que fatores que pudessem ocasionar tais problemas fossem evitados, tais como: o pesquisador atentou-se a não utilizar líquidos, materiais cortantes, de pigmentação ou tinta, com exceção da caneta esferográfica utilizada para análise dos dados.

Como benefícios, estão previstos que através dos dados captados e das análises que foram feitas, poderá haver uma grande contribuição para melhorar a atenção da educação sexual, tanto por parte da escola, quanto por parte das Secretarias de Educação e de Saúde do Estado de Pernambuco e da sociedade pernambucana.

Resultados e discussão

Juventude, adolescência e sexualidades

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a adolescência é um período da vida que começa aos 10 e vão até os 19 anos, e conforme previsto no artigo 2º da Lei 8.069 do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança até os 12 anos e adolescente aquele entre 12 e 18 anos de idade. É também nesta fase da vida que ocorrem várias mudanças físicas, sociais, psicológicas e comportamentais. Entretanto, esses dados não apresentam uma generalidade no sentido mais estrito da palavra, pois pode variar de acordo com a biologia de cada indivíduo.

Matheus (2002), atesta que a adolescência refere-se à passagem do universo infantil ao adulto e Lacerda (1998) aborda que a idade em que as transformações da adolescência ocorrem não é uniforme, dependem da raça, cultura, alimentação e hereditariedade do indivíduo.

A sexualidade é construída a partir das experiências individuais vivenciadas por cada pessoa e de sua interação com o meio em que vive e da cultura. Os adultos estão sempre muito atentos aos primeiros traços de exploração de

conhecimento do corpo que é feito pela criança e as observações que estas têm em relação ao corpo de outras crianças.

Ao explorar o próprio corpo, ou ao observar o corpo de outros, e com base nas relações estabelecidas no seio familiar, é que a criança passa a se reconhecer através da diferenciação dos sexos por meio dos órgãos genitais, enquanto menino ou menina. Essa descoberta também está carregada de outras características que não apenas as biológicas, como por exemplo, as preocupações com as características e expressões culturais e sociais.

Essa diferenciação entre uma coisa e outra, entre ser menino ou menina, têm seu pilar pautado nos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são provenientes das representações sociais e culturais construídas com base nas diferenças biológicas dos sexos e transmitidas pela educação, hoje essas discussões são cada vez mais frequentes e estão ligadas ao que chamamos de relações de gênero, que está sempre em constantemente mudança. Quando tomadas como modelo, podem ser as responsáveis por modular concepções e comportamentos da criança e do adolescente.

Partindo desse pressuposto, é possível notar que essas mudanças definirão o futuro adulto. Segundo Aberastury (1990), todo o processo de transformação leva o adolescente a abandonar sua identidade infantil para adquirir uma identidade adulta que, quando conseguida, objetiva-se em uma ideologia mediante a qual enfrentará o mundo a sua volta. É nesse processo que começa, por exemplo, as preocupações com a vida sexual e com as sexualidades.

Para tanto, "entende-se a adolescência como um fenômeno construído socialmente em dado contexto histórico e cultural, constituído a partir das interações do indivíduo com o meio, pessoas e objetos" (Bronfenbrenner, 2011). Vale destacar que os jovens e adolescentes não são apenas sujeitos passivos da ação social de construção das identidades e culturas, ou que são totalmente influenciados por elas, mas também, que provocam mudanças em seu entorno ao passo em que protagonizam também essas realidades.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs (1997) e Favero (2007), muitas vezes os termos sexo e sexualidades são confundidos, mas sexo é apenas uma das formas de se manifestar a sexualidade. Favero (2007) coloca as sexualidades como uma busca por prazeres, não somente os sexuais, mas qualquer tipo de prazer, como por exemplo, a satisfação que se procura ao admirar-se em um espelho.

Os PCNs (1997, p.117) já apontavam desde sua criação, a grande necessidade de abordarmos nas nossas escolas sobre o assunto com os nossos alunos e com a comunidade escolar como um todo, quando abordam que desde a saída do útero da mãe a criança começa a experimentar, mesmo que inconscientemente, sua sexualidade. "A

sexualidade infantil se desenvolve desde os primeiros dias de vida e segue se manifestando de forma diferente em cada momento da infância". A sua vivência saudável é fundamental na medida em que é um dos aspectos essenciais de desenvolvimento global dos seres humanos.

Os pais são os primeiros responsáveis pela educação sexual dos filhos e, portanto, deveriam estar atentos a esse processo de construção. No entanto, essa realidade é cada vez menos frequente, sobretudo, no contexto dos alunos da educação pública, que em sua maioria são oriundos de famílias cujas classes sociais muitas vezes sequer tiveram acesso aos direitos básicos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, como o direito a educação formal, por exemplo; o que de certa forma, dificulta ainda mais estabelecer um diálogo familiar claro acerca deste assunto.

Sayão (1997) afirma que as pessoas, em geral, possuem problemas com sexo, algumas mais, outras menos, e que estes podem ter cunho tanto de recusa pela abordagem do tema, como pela falta de tempo. No projeto-ação que foi executado, onde foram trabalhadas questões relativas ao autocuidado, higiene pessoal, relações sexuais e combate ao câncer de pênis, foi possível perceber através das intervenções, que a possibilidade dos jovens e adolescentes adquirirem esta última enfermidade é grande e está relacionada principalmente à falta de informação, às baixas condições socioeconômicas e de instrução, à má higiene íntima e a homens que não se submetem à circuncisão (remoção do prepúcio, pele que reveste a glândula - a "cabeça" do pênis).

Partindo desse pressuposto, os pais deveriam contar com a ajuda da escola e dividir esta tarefa, ao mesmo tempo em que também aprendem, seja através de ações como palestras, apresentações, ou até mesmo em reuniões de pais e mestres. Muito embora os professores tenham que lidar com isso no cotidiano escolar, ainda assim, alguns pais não concordam com o envolvimento da escola nessa tarefa. "Sim, os alunos querem saber da coisa, querem falar da coisa, querem provocar os adultos com a coisa; mas querem contar piadinhas sobre a coisa, cantar músicas que falam da coisa" (Sayão, 1997, p.270).

Do mesmo que é possível observar em qualquer assunto complexo, as opiniões dos funcionários das instituições de ensino, assim como as da população em geral, podem divergir. Aquino (1997) discorre sobre dois pontos de vista diferentes em relação à sexualidade na escola. O primeiro deles se refere a não obrigação do educador em abordar o tema, pois sendo um assunto muito pessoal, guarda-se para a família, que é quem deve decidir o que e o quanto deve ser dito. O segundo ponto de vista engloba uma suposta preocupação com o engajamento social da escola e com a expansão do âmbito pedagógico. Os que seguem a linha do segundo raciocínio

tentam de diferentes maneiras implantarem a orientação sexual nos estabelecimentos de ensino.

Independente do posicionamento que se tome, a sexualidade humana é um assunto inquietante, difícil de ser conduzido e muitas vezes recusado; porém, a escola tem sido convocada a enfrentar as transformações das práticas sexuais contemporâneas, principalmente as da adolescência, período de grandes mudanças, tanto corporais como psicológicas.

De acordo com o que preveem os estudos de Barbito et al. (1999), segundo ele, o que acontece em relação à opinião dos pais, quando o assunto é orientação sexual, é que, "em sua grande maioria, eles são favoráveis à sua inclusão na escola. O que pode divergir p o "como" trabalhar um assunto tão delicado e ainda envolto por tabus e preconceitos. "

Para tanto, os conhecimentos que são debatidos dentro da Universidade precisam ser também do conhecimento dos estudantes da educação básica, seja para fins de autocuidado, ou seja, como forma de orientação e preservação do próprio corpo e da mente, levando em consideração também a vida social. É importante salientar que adolescentes e jovens bem informados serão adultos atentos e que provavelmente repassarão informações tanto para os seus filhos quanto para as pessoas que estão presentes no seu convívio do dia a dia.

Em 2000, os Parâmetros Curriculares Nacionais perceberam que os pais estavam reivindicando o ensinamento da sexualidade nas escolas, pois reconheciam a importância do ensino para seus filhos, como também a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa (PCNs, 2000). Quase duas décadas depois, ainda vemos muitas famílias que não conseguem abordar o tema com os filhos e acabam passando a responsabilidade para a escola, a qual muitas vezes não encontra espaço, autorização e/ou formações específicas para esta finalidade.

Uma pesquisa do Instituto Datafolha realizada em dez capitais brasileiras e divulgada em junho de 1993, mostra que 86% dos 5.706 entrevistados são favoráveis à inclusão da orientação sexual nos currículos escolares. Há dados também de conversas sobre sexo entre pais e filhos; nesse questionamento, 50% dos pais nunca chegaram a ter uma conversa como essa.

Apesar de desatualizado, este estudo se encaixa nesta pesquisa pela necessidade de apontar que desde o século passado já havia a importância de abordar nas escolas temas relacionados à sexo e sexualidades, uma vez que muitos pais nunca tiveram uma conversa sobre o assunto com os seus filhos; muitas vezes esses pais sequer foram instruídos sexualmente por seus pais e esta é uma realidade ainda presente nos dias atuais e que tem uma tendência a se repetir cada vez mais. Além disso, destaca-se o índice de aprovação, por meio da pesquisa, das pessoas acerca da inclusão da educação sexual nas escolas.

Partindo desses dados, fica clara a importância de educar os alunos sexualmente e desmistificar mitos que afligem os adolescentes, sendo a informação, ferramenta essencial para reduzir, por exemplo, os problemas relacionados às infecções e doenças sexualmente transmissíveis na nossa sociedade e para promover o autocuidado e o reconhecimento de si e do outro.

Educação sexual no contexto educativo

Com base na coleta de dados feita para a realização da pesquisa-ação que serviu como suporte para a elaboração da atual pesquisa é que apresentaremos a seguir os achados encontrados nos questionários e gráficos tabulados, a fim de fundamentar a necessidade e urgência da implementação dos estudos sobre educação sexual no contexto educativo: Em relação a idade dos estudantes, cerca de 75% dos respondentes encontram-se na faixa etária entre 16 e 18 anos, sendo a menor idade 15 anos e a maior 57 anos. É possível observar uma prevalência de adolescentes com 17 anos.

Questionados quanto ao nível de abertura que têm em casa para o diálogo sobre temas que estão ligados as questões de sexualidades, mais de 50% dos respondentes disseram ter um contato nem fechado nem aberto com a família pra conversar sobre o assunto. Por outro lado, somados, pouco mais de 30% disseram ter pouco ou nenhum espaço para discutir sobre isso com os pais e familiares.

Quanto ao nível de conhecimento que julga possuir em relação a temas ligados a sexualidade humana e comportamentos sexuais, mais de 60% dos respondentes disseram possuir nível baixo de conhecimento, numa escala likert que possibilitou ao entrevistado optar entre a opção muito baixo a muito alto, dando ainda a possibilidade de preenchimento da opção "não sei/ não quero responder".

Ainda de acordo com as respostas dos questionários aplicados na pesquisa-ação que serviu de base para a elaboração deste estudo, dos adolescentes sexualmente ativos, 35% disseram não ter usado camisinha na última relação sexual e 7 em cada 10 afirmaram nunca ter recebido informação a respeito do uso correto (quando comparado ao que aprenderam na intervenção realizada meses antes da coleta) nem na escola, nem no seio familiar ou com outro adulto próximo. É sem dúvidas um número expressivo.

No que concerne ao nível de risco que julgavam possuir em contrair uma Infecção Sexualmente Transmissível a partir das práticas sexuais que desenvolviam, somados, cerca de 69% dos respondentes disseram ter entre nível baixo, médio, alto e muito alto de risco, numa escala que variava entre muito baixo e muito alto. Num estado que tem altos índices de infecções sexualmente transmissíveis, averiguar esses dados nos deixa numa alerta significativa, uma vez que, são adolescentes e jovens que iniciaram a vida adulta e

já, a partir das informações prestadas e discutidas nas intervenções, puderam detectar que têm grandes chances de entrar para as estatísticas.

De acordo com dados apresentados, mais de 80 voluntários disseram ser de extrema importância à realização de espaços de discussão e esclarecimentos de dúvidas, os maiores índices ainda apontam uma concordância através das variáveis, muito importante e importante. Ou seja, os próprios jovens e adolescentes reconhecem a demanda que temos em trabalhar assuntos e temas relacionados a sexo e sexualidades.

Através da coleta de dados da pesquisa-ação que foi base para esse estudo, é possível identificar que a grande maioria dos respondentes tem a internet como a principal fonte de consulta para buscar informações sobre sexo. Isso é preocupante, haja vistas que a internet está repleta de material que, em sua maioria, acaba estereotipando tipos ideais de corpos, relação sexual e padrões inatingíveis - como o que é apresentado pela indústria pornográfica, por exemplo. Ao não atingir esse patamar, por exemplo, o da figura do homem viril, que ejacula grandes quantidades de espermatozoides, que bate na mulher e que "vende" essa imagem como algo do prazer universal, os jovens e adolescentes acabam se frustrando e se inferiorizando.

Ainda que os pais não se sintam confortáveis em falar sobre sexo com seus filhos, é preciso que se estabeleça ao menos uma relação de confiança e liberdade, assim o adolescente saberá que pode perguntar algo aos pais e que eles estarão sempre dispostos a ajudar. Entretanto, os pais não precisam saber todas as respostas ou saber como lidar com todas as situações, por isso, é importante que a escola seja capaz de dar o suporte necessário para que o jovem não permaneça com dúvidas ou busque orientação em fontes que de repente, seria melhor que não tivesse procurado. O que não pode é ignorar a importância do diálogo deixando o adolescente vulnerável a modelos nocivos e à persuasão de outras fontes.

Considerações finais

Ainda que na atualidade tenhamos uma exibição massiva do corpo, seja através da grande mídia ou de aplicativos de relacionamentos, discutir sobre sexo ainda é uma questão embargada de pudor. Apesar disso, esse assunto faz parte constantemente do cotidiano dos jovens e dos adolescentes e está presente no dia a dia do funcionamento escolar.

Lamentavelmente, a busca constante da modernidade pelo prazer, a facilidade de aproximação das pessoas em virtude das redes sociais e a expressão da afetividade nem sempre é baseada numa educação que trate as questões sexuais em seus contextos diversos, como: biológicos, culturais, psicológicos e sociais, tal como recomendam os parâmetros curriculares de ciências do Ministério da Educação (MEC), por exemplo.

A prova disso são os constantes aumentos dos dados de comportamentos de risco, como o não uso de proteção durante a relação sexual, e os índices de gravidez precoce, realizadas na adolescência, por exemplo. Além disso, a ausência de um espaço para refletir sobre as relações que se estabelecem por meio da sexualidade humana, também contribui para o aumento da intolerância e da violência, o que de certo modo, acaba enfraquecendo o combate ao preconceito, ao abuso sexual infantil, à violência contra a população LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e contra a mulher - destaques muito presentes no cotidiano midiático brasileiro, que ainda convive com índices alarmantes de crimes como o feminicídio, por exemplo, (homicídio praticado contra a mulher em decorrência do fato de ela ser mulher (misoginia e menosprezo pela condição feminina ou discriminação de gênero, fatores que também podem envolver violência sexual) e a homofobia.

Levar a sério o ensino de educação sexual nas escolas e implementá-lo, é, portanto, literalmente um caso muito urgente. Inúmeros documentos tanto nacionais quanto internacionais dão suporte a uma educação sexual que esteja pautada em princípios que estejam para além da abordagem reprodutiva.

A Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Esporte (Unesco), de 2018, indica que o ensino deve servir para que os jovens desenvolvam conhecimento, habilidades e valores éticos para fazer escolhas saudáveis e respeitáveis sobre os relacionamentos, o sexo, a vida em sociedade e a reprodução. No Brasil, direcionados ao Ensino Fundamental II, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Ciências, de 1998, já abordavam em seus textos a necessidade de tratar a temática de maneira transversa, levando em conta que a sexualidade tem um significado muito mais global e variado do que simplesmente a reprodução sexual. São temáticas que dizem respeito a: levar em consideração o que os estudantes já sabem sobre sistemas reprodutores humanos masculino e feminino e os aspectos psicológicos envolvidos; abordar as emoções envolvidas na sexualidade, como os sentimentos de amor, amizade, confiança, autoestima, desejo e prazer sem julgamentos morais. Os PCNs são sugestões para as escolas, mas não deixa claros os objetivos de aprendizagem, delegando essa tarefa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Embora a Base Nacional para o Ensino Fundamental apontar temas relacionados à educação sexual, conceitos de gênero e orientação sexual foram retirados do documento, deixando de abordar uma dimensão importante do assunto. O texto aborda que algumas das competências a serem desenvolvidas pelos adolescentes, são: analisar as transformações da puberdade, discutir a eficácia dos métodos contraceptivos e a

responsabilidade frente à gravidez precoce e as ISTs. Os PCN's também sugerem que sejam debatidas as evidências das "múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e óptica)". Já na BNCC do Ensino Médio, que já foi aprovada e deverá ser implementada até 2020, a temática não aparece de maneira clara, sendo que apenas a palavra "reprodução" aparece entre os assuntos importantes do eixo Vida, Terra e Cosmos.

Termos como sexo, sexualidade, gênero, entre outros, não estão presentes no texto. Por fim, é importante destacar que, muito embora o assunto ainda não atenda as expectativas em termos de legislação específica, uma educação sexual global, que abrace os diversos aspectos da sexualidade humana, é fundamental para colocar em prática as competências transversais da BNCC, que espera que "a formação dos estudantes seja capaz de prepará-lo para agir com responsabilidade, tomar decisões com base em princípios éticos, cuidar emocionalmente de si e dos outros e acolher a diversidade sem preconceitos".

De igual modo, a família também precisa ser berço dessas discussões, os pais precisam estar dispostos a estabelecer diálogos com os seus filhos e estarem sempre atentos, por exemplo, quando o adolescente apresentar comportamentos estranhos, pois esse pode também ser um sinal de que o adolescente/ jovem não está bem consigo e/ou com a sua vida sexual.

É fundamental que não mais retrocedamos a conquista de direitos fundamentais para o desenvolvimento humano e que possamos enxergar a educação sexual de modo tão natural como enxergamos a prática sexual por parte dos seres humanos, até porque, é assim que é.

A escola precisa ser um espaço onde a subjetividade de cada indivíduo possa ser valorizada, respeitada e estimulada. Estudante que não está bem com o seu eu interior tampouco estará bem para estudar, aprender e pôr em prática os aprendizados.

Por fim, os resultados obtidos através da coleta de dados da pesquisa-ação que norteou este estudo e a análise deste material abrem espaço para uma reflexão a respeito da importância da educação sexual dentro das escolas e enfatiza por meio dos achados encontrados mediante resposta dos voluntários, a aceitação dos alunos, sobre a inclusão de projetos de educação sexual que visem esclarecer mitos e tabus, além do questionamento de conceitos que possam prejudicar a saúde e a qualidade de vida desses jovens e adolescentes. Possibilita também a discussão sobre todos os fatores que abrangem a sexualidade (psicólogos, biológicos, sociais e físicos) atingindo não somente alunos, como também pais e professores, em diferentes níveis sociais, todos estes que devem estar diretamente e conjuntamente envolvidos com o tema, educação sexual.

Referências

- ABERASTURY, Arminda. Adolescência. In: . Adolescência. 6. ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990.
- ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. Sexualidad, Salud y Sociedad, Rio de Janeiro: CLAM/UERJ, n. 13, p. 69-82, abr. 2013. .
- _____. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social, Educ.rev. n.46, dez., 2007. Belo Horizonte. Acesso em: 08 Jun. 2019.
- AQUINO, Julio Groppa. Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Editora Afiliada, 1997.
- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.
- BAPTISTA, M. N.; BAPTISTA, A. S.; DIAS, R. R. Estrutura e suporte familiar como fatores de risco na depressão de adolescentes. Psicologia: ciência e profissão, Brasília: CFP, v. 21, n. 2, p. 52-61, 2001.
- BARBITO, Maria Aparecida. et al. Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia. 7. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- BARREIRO, L.; TEIXEIRA Filho, F. S.; Vieira, P. M. Corpo afecto e sexualidade: uma experiência da abordagem das sexualidades a partir das artes. Revista de Psicologia da UNESP, Assis: UNESP, v. 5, n. 1, p. 13-27, 2006.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. São Paulo, 2008. .
- _____, Ministérios da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997, volume 10. .
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual. In:_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- BRILHANTE, A. V. M; CATRIB, A. M. F. Sexualidade na adolescência. Femina, v. 39, outubro, 2011. BRONFENBRENNER, U. Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: ArtMed, 2011. Boletim Epidemiológico Dst/Aids. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. (Programa Nacional de DST e Aids, v. 2, n. 1).
- BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro: CESGRANRIO, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOWAY, M.; Silva, L. B. Juventude e sexualidade. Brasília, DF: UNESCO, 2004.
- CIFUENTES, Dom Rafael Llano. O uso do preservativo e a posição da Igreja Católica. O Testemunho da Fé, ano XII (III) - nº 306 - edição semanal nº 154 - de 21 a 27 de dezembro/2003, pp. 4-5. Rio de Janeiro, 2003.
- COTE, J.A. e BUCKLEY, M.R. Measurement error and theory testing in consumer research: an illustration of the importance of construct validation. Journal Consumer Research. n. 14, p. 579-582, 1988.
- DANTAS, H. et al. Sexualidade na escola, a individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar. São Paulo: Summos, 1997, cap.3, p.50.
- DUARTE, P. M. S. Educação da sexualidade: modelos e representações de professores. 2010. 87f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010.
- FERNANDES, A. D. S. A. Cotidiano de adolescentes vinculados a um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi): realidade e perspectivas. 2014. 136p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- FONTES, M. Ilustrações do silêncio e da negação: a ausência de imagens da diversidade sexual em livros didáticos. Psicologia Política, São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia Política, v. 8, n. 16, p. 363-378, jul./dez. 2008.
- FURLANI, J. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; VILODRE, S. (Orgs.). Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 66-81.
- GOMES, R.; NASCIMENTO, E.; ARAÚJO, F. Por que os homens buscam menos osserviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e com ensino superior. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.23, n. 3, 2007.
- GTPOS, ABIA e ECOS. Conceito fundamental 1: Desenvolvimento Humano. In_____. Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia da pré-

- escola ao 2º grau. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Atlas de Mortalidade por Câncer, Pênis. 2015.
- JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira-SP. Revista Brasileira de Enfermagem, 2006. p. 157-162.
- LACERDA, Catarina Augusta de Oliveira Pasin de. Adolescência: problema, mito ou desafio? Petrópolis: Vozes, 1998.
- MATHEUS, Tiago Corbisier. Adolescência e juventude. In: ___. Ideais na adolescência: falta (d) e perspectiva na virada do século. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.
- NARDI, H. C. O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. especial, p. 12-23, 2008.
- QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escola. Sexualidad, Salud y Sociedad, Rio de Janeiro: CLAM/UERJ, n. 11, p. 59-87, ago. 2012.
- OLIVEIRA, D. L. Saúde e sexualidade na escola. Porto Alegre: Mediação, 1998. Cap.7, 97p.51
- QUIRINO, G. S.; ROCHA, J. B. T. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. Educar em Revista, Curitiba: UFP, n. 43, p. 204-225, jan./mar. 2012.
- RICHARDSON, R.J. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- RIOS, R.; Santos, W. Diversidade sexual, educação e sociedade: reflexões a partir do Programa Nacional do Livro Didático. Psicologia Política, São Paulo: ABPP, v. 8, n. 16, p. 325-344, dez. 2008.
- SAITO, M. I. Adolescência, cultura, vulnerabilidade e risco. A prevenção em questão. In: SILVA, L. E.; LEAL, M. M. (Eds.). Adolescência, prevenção e risco. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2008. p. 41-46.
- SFAIR, S. C. Educação sexual para adolescentes e jovens: o que preveem os documentos públicos nos níveis federal e estadual em São Paulo. 2012. 113f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- SOARES, C. B. Consumo contemporâneo de drogas e juventude: a construção do objeto na perspectiva da Saúde Coletiva. 2007. 195p. Tese (Livre-Docência) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PIMENTA, R. A.; TOMITA, T. Y. Adolescência e sexualidade no cotidiano da equipe de enfermagem do Serviço de Atenção Básica à Saúde. Semina: ciências biológicas e da saúde, Londrina: UEL, v. 28, n. 1, p. 39-52, jan./jun. 2007.
- SAYÃO, R. A Educação Sexual Nossa de Cada Dia. Em: Idéias - os desafios enfrentados no cotidiano escolar, São Paulo: FDE, 1997.
- ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998. WATSON, G.B. Happiness among adult students of education. Journal of Educational Psychology. n. 21, p. 79-109, 1930.